

O Partido para além da consciência do proletariado

Diego Fonseca Dantas³⁰

RESUMO

Tratamos neste ensaio de uma pesquisa teórica, exploratória com abordagem dialética com base na crítica do ensaio: *Consciência de Classe* dentro da perspectiva do livro seminal de Lukács, *História e Consciência de Classe*, apoiado em obras do próprio Marx e Engels, sobre a problemática da consciência de classe, e possíveis impasses para sua sublevação da consciência e de uma organização do proletariado em Partido. Nesta leitura, a partir do conceito marxista de consciência de classe, entendemos que à luz de 1923, e, portanto, no pós-revolução de 1917, Lukács depositava no Partido um papel pedagógico, de formação da consciência reificada do proletariado em consciência de classe. Como um testamento, Lukács dava instruções de que o Partido revolucionário deveria: explorar as contradições e da acumulação do capital; entender pela mediação que a consciência de classe é o reflexo da situação no processo de produção, e quais são as classes intermediárias na luta de classes; resgatar o método dialético como a forma correta de teoria à interpretação da ação correta na realidade. E, por fim, saber arrolar as classes intermediárias para sabotar e mitigar a burguesia. Como conclusão, há um problema concreto que não passa ao largo do filósofo húngaro: que mesmo com a consolidação de sua consciência de classe, o proletariado ainda está suscetível à concepção reificada, e que por isso, defende a possibilidade da mesma ser superada por um trabalho árduo de organização nas fileiras do Partido.

Palavras-chave: dialética; partido; consciência de classe

ABSTRACT

We discuss in this article a theoretical, exploratory research with a dialectical approach based on the critique of the essay: *Class Consciousness* from the perspective of the seminal book of Lukacs, *History and Class Consciousness*, supported by works by Marx and Engels himself, on the problematic of class consciousness, and possible impasses for his uprising of consciousness and an organization of the Party proletariat. In this reading, from the Marxist concept of class consciousness, we understand that in the light of 1923, and therefore in the post-revolution of 1917, Lukacs placed in the Party a pedagogical role, of forming the reified consciousness of the proletariat into class consciousness. As a testament, Lukacs gave instructions that the revolutionary party should: explore the contradictions and accumulation of capital; to understand by mediation that class consciousness is the reflection of the situation in the production process, and which are the intermediate classes in the class struggle; to redeem the dialectical method as the correct form of theory to the interpretation of right action in reality. And, finally, know how to trace the middle classes to sabotage and mitigate the bourgeoisie. As a conclusion, there is a concrete problem that does not go beyond the Hungarian philosopher: that even with the consolidation of his class consciousness, the proletariat is still susceptible to reified conception, and therefore, defends the possibility of being overcome by a arduous work of organization in the ranks of the Party.

Key-words: dialectic; Party; Class consciousness

³⁰ Doutor em Educação pela UFF e Mestre em Ciência Política pela UFF. Graduado em Administração pela FCPERJ pela Universidade Candido Mendes. Atualmente, pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação – NuFIPE-UFF e do Instituto Norberto Bobbio.

Introdução

Neste ensaio, entramos na questão da organização do Partido como propagador da consciência do proletariado, já como classe e organizado, embora se deprenda ainda em parte, com sua consciência reificada em decorrência das diversas gradações do proletariado refletindo, de igual modo, as gradações na esteira de produção. Por isso, a importância e a correção do Conselho Operário, a fim de equilibrar os diversos desníveis de consciência no interior do Partido.

Não obstante a isso, Lukács constatou na época que pouco havia de avanço na questão da organização, de uma perspectiva teórica (LUKÁCS; 2012, p. 523). Este diagnóstico, segundo ele, era devido à imaturidade do proletariado como classe, classificando tal questão, na prática, como um mero procedimento mecânico e automático na ação e na luta de classe dentro da realidade a ser apreendida pelo método dialético. Havia um equívoco de análise e de ação sobre o conceito teórico de teoria e práxis, de movimento e objetivo final.

Isto quer dizer, que não poderia se almejar o fim revolucionário como objetivo como um degrau da base de uma escada até o seu topo subitamente. Não se podia almejar uma revolução como um fato dado do dia para a noite. Onde, persistir neste direcionamento, era ao mesmo tempo negar a dialética como método. Por isso, a correção do Partido em entender que a revolução não era uma reta matemática, linear, e sim um traço tortuoso, feito a sucessos e retrocessos dentro da consciência e da realidade na práxis do próprio proletariado frente à sua realidade objetiva e histórica.

O Partido em Lukács

Somente uma digressão e contextualização: o Partido revolucionário em Lukács, é de forma indubitável à moda leninista (COUTINHO, 2005, p.166). A concepção de Partido de Lenin, não à toa é o destaque derradeiro e conclusivo que deu à questão da organização, a que chama por metodologia, dando-lhe uma categoria de como agir, como já destacado para unir teoria e práxis, movimento e objetivo final, e a forma, por conseguinte, de agir como consciência de classe na sua realidade histórica. A teoria da organização na forma leninista está em sua crença e seus resultados inscritos na Teoria e Organização do Partido que formou as primeiras discussões para o futuro estatuto do Partido bolchevique e para a tomada da Revolução Russa entre 1917 e 1922. A posição central de Lenin para o Partido proletário é de combate ao dualismo e formalismo, em transformar o Partido apenas em um instrumento burocrático e formal, ou seja, como uma ideologia herdada da imagem e pensamento burguês. “O Partido Comunista deve

superar radicalmente esses antagonismos por um trabalho sistemático, político e de organização pelas melhorias e revisões repetidas”. (LENIN, 2006, p.63).

O entendimento desta questão fim, não era embebedar-se cegamente na tática do momento, por ora. Era, ao contrário: entender que às vezes seria preciso fazer uma aliança tática que não conduziria imediatamente ao fim da revolução. Mas, que sem ele, seria inacessível o passo seguinte, ao mesmo fim. Como exemplo real e histórico: A aliança, como ressalta Lukács (LUKÁCS, 2012, p. 491), na Revolução de Outubro de 1917 com o campesinato para a partilha imediata das terras, era uma exigência tática, sob pena de perder-se para a história o objetivo revolucionário, em caráter definitivo, se se negasse a fazer tal movimento tático. Por isso a relevância do fundamento da dialética na luta, na correlação de forças e análise de conjuntura, visando o passo seguinte à revolução.

Por isso, com efeito, a questão da organização é defendida com veemência e com caráter inexorável para a vitória do Partido do proletariado. Mas para tanto, a classe deveria apreender e aprender na sua ação consciente e na reflexão da mesma, os seus acertos e erros, como forma de aprimorar à ação seguinte. A correção é de caráter *post festum* seja na ação parlamentar ou na ação cotidiana tática e estratégica da luta propriamente dita. Portanto, vê-se que a questão da organização e Partido estão dialeticamente inseridos entre si. Que o Partido marxista, proletário só o é, de fato, na realidade efetiva para a objetiva, em paráfrase a Hegel, se o vier fidedignamente acompanhada da organização. Que a organização se dá e se põe, sim, ao passo da ação consciente do Partido. Isto, na visão de Lukács, é de um todo universal, porém, ressaltamos: que o universal é o conjunto de individualidades (VAISMAN, 2009, p.455) e das crenças, pois “não existe mundo sem homens” (KIRALY, 2012, p.50), cada qual com sua personalidade e sua crença e seu mundo plasmado na experiência. Isto para ressaltar que a universalidade a ser alcançada com a ideologia e disciplina do Partido, não se põe ser mecânica e de alinhamento automático do indivíduo para com o Partido. A solução proposta e posta para isto é agregar da melhor forma a moralidade pertinente em cada individualidade nas fileiras do Partido. Por isso, não menos fácil, e nem uma fórmula do sucesso, mas, a importância de se aplicar verdadeiramente o centralismo democrático, e não o centralismo burocrático no interior e base do Partido, que veremos mais à frente.

Esta ação consciente, a despeito da falta de profundidade e profusão de teoria a respeito da organização, é dada ao passo a passo da ação do movimento proletário no processo histórico. Na raiz da realidade histórica, do momento e objetivo final. E esta concepção como vimos acima,

é inexorável ao entendimento da teoria e ação consciente, a saber: 1) utilizar os dois conceitos na prática revolucionária e na ordem do dia como questão de organização; 2) e a distinguir objetivo final e momento – é fundamental para o Partido revolucionário, e por isso, a relevância cabal de a direção do Partido impingir, orquestrar a ação do proletariado nas ações de ataque (legal e ilegal, e violenta de acordo com o momento) e de defesa (parlamentar – que veremos à frente) frente à burguesia. Lukács, deixa claro, sua relação ideológica e moral com a visão do Partido Bolchevique de Lenin, como mostra de fato no ensaio “*Notas críticas sobre a crítica da revolução russa*”³¹.

De todo modo, o Partido em Lukács preconiza que esta teoria está de forma inexorável no conjunto da ação real (LUKÁCS, 2012, p. 530) e que à medida que se intui a respeito desta ação, se faz a reflexão da mesma, produz-se na ação a posteriori, ação mais consciente e mais madura, mais revolucionária e superação da consciência reificada – cabe-se ressaltar – ainda muito presente na ação do proletariado, não tanto, embora o esteja nas camadas mais revolucionárias e no invólucro das teorias da ortodoxia marxista, mas, muito presente nas camadas diversas. Está no conjunto da ação, pois Lukács afirma que a ação não é dada como acerto e erro individual, mas, sim, como uma questão coletiva e toda a teorização e critério da ação correta, precisa ser avaliada e transposta como uma questão de organização do Partido.

Esta ação consciente do Partido revolucionário, defende Lukács, precisa estar perpassada na dialética como método de correção, sempre aproximativa da realidade, para o mais próximo e correto espelhamento. Para ter o entendimento das crises, e com ela, aproveitar-se da melhor maneira, de forma pragmática, a se valer tanto da violência, quanto da ação de ordem na legalidade e ilegalidade, à conveniência do momento histórico. E o eixo central está posto na medida em que a organização é a mediação entre a teoria e práxis (LUKÁCS, 2012, p. 529), pois, a organização não pode estar venerada dentro de um simplismo ou ação de ordem blanquista³² (BOBBIO, 2000, p.112) apesar de não o citar diretamente o termo em *História e Consciência de Classe* na questão da organização (e sim no seu livro posterior *Lenin, um estudo sobre a unidade de seu pensamento em 1929*) (LUKÁCS, 2012, p.54), o termo se emprega bem ao que o pensador húngaro perfaz em seu estudo neste referido ensaio.

³¹ Conforme Lukács, nos escritos de Rosa Luxemburgo de 1922, a mesma é caracterizada por um papel subestimado ao Partido ao passo que sobrevalorizava os das massas proletárias.

³² “Ao Blanquismo e à suas implicações, avaliadas em geral, em termos negativos, se referiram muitas vezes Lenin e Luxemburgo”.

A organização do Partido tem que sair da esfera utópica, como proposta inicialmente realizada por Rosa Luxemburgo, pontuada e defendida por Lukács no ensaio: *Notas Críticas sobre a Crítica da Revolução Russa*, de Rosa Luxemburgo³³, a depender irremediavelmente da ação consciente por si só das massas, nem tampouco ocupar-se o Partido da condução técnica das greves do operariado e das massas (LUKÁCS, 2012, p. 528). Deve conduzi-lo em âmbito de liderança, de coordenação ao objetivo proletário, confrontar-se com o acômodo determinismo (que não existe para a consciência de classe – e que deve ser combatido arduamente e diametralmente ao ponto de vista e interesse de classe do menchevismo ou da pequena burguesia – já que essa não possui consciência de classe, como as demais camadas intermediárias. Contra o determinismo e em defesa do protagonismo do Partido, cita Lenin (LENIN, 2006, p.81):

Não pode haver nele uma forma de organização imutável e absolutamente conveniente para todos os Partidos Comunistas. As condições de luta proletária se transformam constantemente e, conforme essas transformações, as organizações de vanguarda do proletariado devem também procurar constantemente formas novas e adequadas. As particularidades históricas de cada país determinam também formas especiais de organização para os diferentes países.

Por conseguinte, ao prospectar a conjuntura da realidade histórica (o momento) à sua estrutura (objetivo final) política, econômica e social e a evolução histórica (ações conscientes do Partido) dessas matrizes, compreendemos que as mudanças frente à tomada da práxis, se colocam como uma luta de propósitos e desafios incomensuráveis. Mesmo durante e após os reflexos dos resultados lentos da educação do proletariado como classe, pelo Partido como seu catalisador e pelo Conselho Operário dentro deste como seu arrebatador da consciência, urge, ainda, também acelerar o pavio do estopim, e dinamizar as mudanças estruturais, de acordo com as crises econômicas - pelas tomadas das vias políticas e sociais pelos pores da ideologia e da ação concreta e prática – em cada momento e visando este objetivo final de classe. Leia-se objetivo final pela tomada cabal do capitalismo, através de sua crise última, e canalizar todas as oportunidades concretas da realidade objetiva para a derrocada da burguesia e para o artífice ao socialismo. Ou seja, independente da crise, não pode haver fatalismo e determinismo econômico, e sim, a iniciativa de pronto em cada ação doravante do proletariado, coordenado pela direção do Partido através da organização. Pois, como afirma ainda Lenin (LENIN, 2006, p.81):

A maioria dos Partidos Comunistas, assim, como a Internacional Comunista e o conjunto do proletariado revolucionário do mundo inteiro, concordam, nas condições de sua luta, que devem lutar contra a burguesia dominante. A vitória sobre ela, a conquista do poder arrancado à burguesia, constitui, para esses Partidos e para sua Internacional, o objetivo *principal*.

³³ Conforme Lukács, nos escritos de Rosa Luxemburgo de 1922, a mesma caracterizada um papel subestimado ao Partido ao passo que sobrevalorizava os das massas proletárias.

Desta forma, em *História e Consciência de Classe*, não obstante as demais obras do marxismo político ou teoria crítica, o Partido político é um meio vital e estratégico – ainda mais para transitar “legalmente” e pragmaticamente em uma democracia, mas, nem por isso, o Partido revolucionário pode ser adjacente ao Partido burguês, em relação aos métodos de organização partidária, pois, o Partido político em geral, considerando-lhe como Partido burguês ou Partido menchevista, tem um problema destacado que salta aos olhos em relação ao Partido revolucionário: Sua burocracia de hierarquia de poder e sua concepção contemplativa diante de todo o sistema. Ou de outro modo, uma elite centralizadora que não utiliza mecanismos de coletivização e de organização, e que se colocam em conveniente distância e isolamento perante a massa, a base do Partido.

Portanto, comportar-se como um Partido tradicional, no melhor dos mundos, seria abastecer-se e guiar-se com visão utópica, relegando a organização em segundo e terceiro planos, e com sorte, conduzindo-a como um mero detalhe mecânico e automático na luta de classes. Com isto, sem aproveitar a conjuntura e o momento tático em relação as classes intermediárias, como a dos camponeses, da pequena-burguesia e parte do operariado urbano, que reivindicam para si e sobretudo em primeiro, seus interesses de classe. Vale destacar que as classes puras, fundamentais por assim dizer, de fato e na realidade histórica, são duas: o proletariado e a burguesia (LUKÁCS, 2012, p.556), que são capazes de se organizar e mobilizar estruturalmente a sociedade na representação e na luta política. Que o Partido revolucionário, por isso, possui não a condição teleológica, mas, causal, para atuar de forma agressiva contra a burguesia no plano da revolução da sociedade.

Como problema proveniente da falta de organização Partido revolucionário, há ordens e contra-ordens, existentes nele, em que se torna praticamente impossível nesta concepção contemplativa -, chegar à tomada da consciência e da práxis pela via partidária. Primeiro, pela infiltração de vários tipos de ideologia e interesses, a princípio, difusos, mas em muitas percepções, cruzados e “convergentes” à melhor ideologia tendo em vista às “necessidades” de interesse de seus partidários. Dito de outro modo e de forma sumária: Individualiza-se o Partido, dando ares de uma agremiação apenas de âmbito institucional e sem efeito prático, cuja ação se resume a representar a seu modo os seus representantes de determinada subcategoria ou setor da base material do Partido. Como diz, ainda, as Teses do Partido de Lenin. (LENIN, 2006, p.81):

Nas organizações do velho movimento operário não revolucionário se desenvolveu um dualismo da mesma natureza que nas organizações do Estado burguês. Falamos do dualismo entre a burocracia e o “povo”. Sob a influência burguesa, as funções se

isolaram e a comunidade do trabalho foi substituída por uma democracia puramente formal.

Em suma, inviável, orientar o Partido revolucionário em prol do mesmo objetivo e resguardar os interesses pessoais de poder, de todos na concepção menchevista, ou de igual modo no Partido da pequena-burguesia e que se coloca diante da realidade histórica de forma determinística, como no oportunismo ou utopismo (LUKÁCS, 2012, p.104), de que a crise capital por si só é suficiente para transmutar-se à nova ordem. No Partido comunista, marxista em sua ortodoxia e do proletariado, há uma diferença; se organizam através de seu núcleo: Conselho Operário, que visa a unificar e condensar todas as gradações do proletariado. E o mecanismo de organizar a direção, a vanguarda do Partido revolucionário, a estar interconectado e articulado com seu interior; em suma, as relações orgânicas entre a direção e a base do Partido, a base do proletariado, é senão por outro método, que não seja o centralismo democrático, que é definido por Lenin, (LENIN, 2006. p.82) como:

O centralismo democrático na organização do Partido Comunista deve ser uma verdadeira síntese, uma fusão da centralização e da democracia operária. Essa fusão só pode ser obtida por uma atividade comum permanente e por uma luta igualmente comum e permanente do conjunto do Partido.

Cabe lembrar que isso não é citado por Lukács. Porém, na prática do cotidiano entre o Partido e as individualidades, essa é uma lacuna que o pensador húngaro não registrou de forma definida, e que tomamos a liberdade de preencher esta lacuna com a proposta com o método do centralismo democrático. Afinal, como é que os quadros e a base vão se relacionar no dia a dia, longe de qualquer construção filosófica, intelectual e do pensamento? Não é uma fórmula mecânica de sucesso, mas, uma tendência e um caminho. Não se trata nesta seara, da centralização do Partido na mão de uma elite burocrática, mas, sim, a se tratar de um mecanismo que faça a ponte entre o corpo dirigente e o proletariado na base do Partido revolucionário. É uma metodologia em que todos da base têm a liberdade para opinar, para pedir a palavra e para dar sua contribuição política, reconhecendo-se em cada opinião desta, uma possível contribuição teórica para a direção do Partido e resguardar a individualidade tão ressaltada por Ester Vaisman (VAISMAN, 2009, p.455) nas fileiras da base. Desta forma, fica mais factível a modificação da crença (KIRALY, 2012, p.50) à medida que se dá liberdade de contribuição teórica e prática do indivíduo ao Partido, pois à medida que não é contraposto com uma rigidez e orientação vertical, permite-se maior plasticidade entre o indivíduo e o gênero Partido. Dá-se até a impressão de que a base de um Partido revolucionário é anarquista, mas, não o é. (MORENO, 2006, p.151). É uma liberdade para que haja engajamento nas fileiras do Partido, já que no chão-de-fábrica, a imagem burguesa de concordar com os padrões precisa ser destronada e que, ao contrário das instituições

burguesas, o operário, proletário, precisa se sentir como partícipe, e para isso, ter liberdade para dar sua contribuição. Quanto mais o militante vai alçando a direção do Partido, a disciplina vai se tornando mais rígida, e ele precisa estar articulado com seu organismo localmente antes de levar uma demanda e moção para o Comitê e Direção. Quanto mais na base, mais liberdade, com disciplina, mas com limite. Quanto mais na direção, mais disciplina. Isto serve para que para além da contribuição nas fileiras do Partido, que a mesma seja uma espécie de contraponto as tomadas de decisão da direção, que por muitas vezes, pode ter sua primeira experiência como tal, e que se tal decisão não é majoritariamente aceita, na base, este contraponto, serve como ferramenta de correção para a retomada da ação.

Por isso, as bases, portanto, possuem sua distinção ideológica, e assim lhes é permitido, até porque pelo efeito da reificação e do processo produtivo, não podemos esquecer-nos das diversas tomadas de ideologia no interior do proletariado e do seu Partido. É uma forma, de aos poucos, ir ganhando silhueta e corpo, na base, para estar apto a ir à direção do Partido, e com isso, esbanjar mais disciplina. A direção, por sua vez, precisa não ser administrativa, e sim organizativa. Isto quer dizer, que não pode se dar nos moldes da instituição burguesa, cobrar quantos jornais foram vendidos, quantos contatos foram conseguidos, quantas ações, etc. Ela precisa ser um grande “psicólogo” (MORENO, 2006, p.151), em suma, intuir a habilidade dos militantes para enquadrá-los nas funções certas, para o desempenho coletivo e êxito na organização do Partido. Apesar de não serem funções rígidas, o dirigente precisa enxergar a melhor contribuição a ser dada pelo militante do Partido em sua ação.

Por conseguinte, e por isso, não podemos esquecer que há, portanto, liberdade para opinar na base (democracia), mas, a decisão cabe à direção do Partido (centralismo). Por isso, o nome de centralismo democrático. Diferente disso, donde não há liberdade na base, e só o poder de comando da direção de forma vertical e sem contraponto ideológico e prático, não se faz mais o centralismo democrático, e sim, o centralismo burocrático. Esta, sem a menor chance a dúvidas, foi a causa da degeneração do Partido bolchevique nas mãos de Stálin, depois da morte de Lenin, como disserta com propriedade, Leon Trotsky (TROTSKY, 2006. p.117).

Não é, portanto, uma centralização de cunho mecânico, pelo contrário, é uma forma de organização que exige disciplina dos militantes na medida em que o Partido precisa lançar mão de sua flexibilidade nos momentos de luta contra a burguesia na realidade histórica, e o mais importante: colocar-se à prova e aderente conforme a tática e a estratégia da luta revolucionária, pois não esqueçamos, de que o Partido revolucionário está inserido na dialética, e portanto antes

de chegar ao todo, é preciso se enxergar em cada momento das lutas. Em cada parte da totalidade concreta, e histórica. Agir do contrário e de forma pretensamente a se chegar a liberdade e autonomia dos “militantes”, sem uma centralização dos objetivos à ação imediata, de acordo com o momento, é se perder em um Partido menchevique, ou um Partido pequeno-burguês. Defende nesta questão, com respaldo de Lukács (LUKÁCS; 2012. p.493), conforme já citamos anteriormente, Lenin (LENIN; 2006. p.82):

Uma centralização formal ou mecânica será apenas a centralização do “poder” nas mãos de uma burocracia para dominar aos outros membros do Partido ou as massas do proletariado revolucionário exteriores ao Partido.

Tendo em vista isto, com base nas Teses históricas de Lenin, o Partido precisa arregimentar e manter a unidade desde as camadas mais seguras em sua ortodoxia revolucionária às camadas mais fáceis de serem atraídas pela falácia do menchevismo, isto é, do discurso da pequena-burguesia. Não pode, sob hipótese alguma, o Partido se tornar um espécime da elite aristocrata ou elite burocrática - a tratar as massas proletárias como imaturas e predestinadas indiscriminadamente a se manterem sob a necessidade de serem conduzidas de forma paternalista, sobretudo em âmbito institucional. Ao contrário, elas precisam ser dirigidas em cada momento ao fim revolucionário. Ouvindo a todos na tomada de decisão (democracia operária), mas, com a centralização de voz de comando através do centralismo democrático. A base opina, mas a decisão é centralizada na direção e vanguarda de quadros revolucionários do Partido. Vejamos, pelos argumentos, a importância da organização para além de orientar a ação seguinte na ordem do dia contra a burguesia, de se defender ideologicamente dos apelos e ataques do oportunismo e utopismo, proveniente da mesma burguesia e de Partidos dito revolucionários, mas, que não ultrapassam a consciência racionalizada, burguesa e contemplativa da reificação. A melhor correção de combate do oportunismo e do utopismo, não é meramente pela via intelectual – é pela organização (LUKÁCS, 2012. p.508) do Partido, como afirma Lukács.

Portanto, o Partido revolucionário precisa, seja na ação legal parlamentar quanto na ação prática do dia a dia, refutar o comportamento puramente retórico e contemplativo da revolução pela teoria revolucionária marxista, negando a sobrevalorização às ações espontâneas das massas para a verdadeira práxis revolucionária. Tal condição, mesmo que na concepção inicial e depois autocriticada pela própria Rosa Luxemburgo (LUKÁCS, 2012. p.522), só reduz o

Conselho Operário³⁴ (BOBBIO, 2009. p.235) e faz do Partido uma tendência à partitocracia³⁵ (BOBBIO, 2009. p.), a um mero aparato de sorte institucional, restringindo sua “ação” no máximo a uma função de liderança teórica e de propaganda – ambas, mais uma vez, de cunho retórico e contemplativo. O Partido perde sua raiz na práxis, na prática da realidade e vira neste viés, somente um órgão vazio e burocrático (LENIN, 2006, p.83).

Neste particular, o Partido já organizado e, a saber, distinguir a luta da ordem dia contra a burguesia de forma legal ou ilegal, a luta jaz-se também no parlamento, já que por certo, a mesma se dará na questão e contexto também da democracia burguesa, institucional e representativa. E o Partido tanto em âmbito de legalidade, como este, como de ilegalidade, precisa se manter de forma organizada e articulada. Principalmente, no parlamento, esta tarefa, longe de impossível, não deixa de ser bastante sensível e delicada – para, ou não se direcionar extremista de mais para um blanquismo retórico, um discurso revolucionário sem base na realidade histórica, mas, também de igual forma, não sucumbir à instância oportunista, e do menchevismo, tão associado à crítica partitocracia – tão comum para aludir-se sempre a uma situação de conservação da estrutura, e por via somente a manutenção de poder do Partido da ocasião.

O Partido precisa fincar-se para além destes dois modos de luta: 1) a do parlamento; 2) e a luta direta entre as forças econômicas, sociais e políticas, a luta em si; e saber distinguir milimetricamente os dois, sobretudo a luta refletida na dramatização e representação no parlamento. De saída, saibamos como influi Lukács, de que a luta no campo do parlamento é antes, uma comprovação de que o proletariado está na defensiva na realidade histórica. Mas, não obstante isso é uma luta que se faz necessária, desde que a organização partidária e em comunhão com as massas e o proletariado e sua consciência sobreponha-se a política restrita por si só, da bancada do Partido comunista, o que são coisas e perspectivas diferentes. Pois, a luta no parlamento é parte da luta, é uma batalha por certo; não é a luta em sua totalidade, é ela, como diz Hegel em sua fenomenologia, a composição da certeza sensível: o universal, como verdadeiro: “o aqui de muitos aqui” (HEGEL, 2011. p. 92), que muda a todo momento. Não se pode confundir essa luta, que é necessária, mas no campo da dramatização, com a luta de alto

³⁴ “Por Conselhos Operários se entendem, segundo o significado literal da palavra, os organismos representativos colegiais que reproduzem as características formais do “conselho” como órgão de poder revolucionário.

³⁵ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. v.1. 3.ed. Brasília: UNB, 2009. p.906. “A orientação das críticas à Partitocracia muda profundamente em 1968, alguns grupos repelem a institucionalização burocrática e veem nos partidos, em todos eles, um instrumento de conservação e não de transformação da sociedade.

grau e do objetivo final da classe do proletariado – que é a derrubada da burguesia e do capitalismo.

Neste ponto, Lukács, visa sobre a Questão do Parlamentarismo (LUKÁCS, 2009, p.143): de que se a democracia e o parlamento são instrumentos intrínsecos da burguesia, só pode ser, portanto, uma arma defensiva do proletariado. O reconhecimento convicto desta posição é por certo, a consciência e a confissão de que a revolução é impensável num prazo incalculável. Relata o pensador húngaro:

O proletariado reduzido à defensiva pode servir-se da tribuna parlamentar para fins de agitação e propaganda; pode aplicar as possibilidades que a “liberdade” da burguesia assegura aos membros do parlamento como sucedâneo das formas de manifestação habitualmente difamadas; pode usar as lutas parlamentares com a burguesia para reunir as próprias forças, para preparar o combate real, específico contra a burguesia.

Por tal via, a arma do parlamento é de cunho tático para o Partido revolucionário. É um simples mecanismo de luta e como tal e para tal, precisa sair das amarras da bancada do parlamento. Mesmo, as mais radicais frases e discursos na tribuna do parlamento, só respondem a aludir a ilusões do proletariado, em detrimento a real condição objetiva e a consciência do proletariado. Como cita Lukács, não passa disso, de um voluntarismo ou oportunismo de frases ditadas em tom revolucionário que nada tem a se comprometer com a realidade dialética e com o proletariado. Por isso, defende que o parlamento tem que ser sabotado enquanto parlamento (LUKÁCS, 2009, p.145). Que não pode de modo algum, haver um abismo entre a bancada e o Partido comunista. Se a luta persistir nas regras da *Realpolitik* (LUKÁCS, 2009, p.145), só se sagrará a vitória da burguesia.

Por conseguinte, a luta precisa estar ancorada no Partido. No Conselho Operário e dos trabalhadores, esses, sim, que farão a ação transmutar e perpassar a simples fraseologia revolucionária. Enquanto estiver em sua imaturidade ideológica e, por conseguinte, crise de identidade e consciência, fazendo-o caminhar sua ação no campo da legalidade e decerto, da retórica, não realizará nenhuma ação revolucionária, nenhuma ação de organização, visando o objetivo final e o momento, que, como vimos, é desestabilizar a burguesia, tomar o Estado burguês, para depois, destruí-lo – já que o Estado é um instrumento que prova o antagonismo inconciliável das classes (LENIN, 2010. p.36). Isto quer dizer, com efeito: não compatibilizar a teoria e a práxis, cuja mediação como vimos, se faz pela organização. É negar a organização do Partido, e, por conseguinte, seu objetivo final, para cair no oportunismo, sem desdobramentos consequentes para a classe do proletariado rumo à revolução que tem as suas vias de fato na tomada do Estado burguês, e na quebra do modo de produção capitalista. Isto precisa ficar claro

para o proletariado e potencializado pela vanguarda do Partido. Não é um objetivo solto no tempo e no espaço, uma revolução pela revolução. A luta como visto em Lukács, nas Teses de Lenin, e na teoria marxista e dialética, na tradição de Marx e Engels, é pela derrubada da burguesia, do seu modo de produção e do seu Estado.

Portanto, como afirma Lukács (LUKÁCS, 2009, p.143): a vitória eleitoral, quanto mais expressiva, põe sob alerta, o despertar da consciência do proletariado, sobretudo com a traição da bancada a se ater a aspectos puramente legais e de âmbito parlamentar que se apregoam a pura e contemplativa teoria e não a ação consciente na realidade histórica da revolução. Além disso, produz um revés da educação do proletariado, inconsciente, desmontando o Conselho Operário e fazendo o proletariado confundir a batalha parlamentar com a luta verdadeira do objetivo final.

Desta forma, é somente pelo mecanismo da organização, a mesma que orienta ao seu modo: a ação parlamentar, assim como o engajamento político-partidário de fato contra a burguesia, é que se produz e reproduz, mesmo que *post festum*, a autocrítica (LUKÁCS, 2009, p.150) necessária e inexorável à teoria da organização, que mais do que qualquer outra teoria, tem na prática e na realidade o critério da “verdade” e por isso, a mesma se ancora na prática viva, na ação seguinte e depende dessa sua crítica retroativa para alçar-se à ação posterior. A fonte dessa crítica advém do Conselho Operário, que está no núcleo e nas entranhas do Partido.

Por fim, o Partido, em si e por concepção marxista, advém da soma e resulta do conjunto fidedigno da organização. Todos estes fatores que compõem a organização (momento e objetivo final, autocrítica para ação seguinte, tática legal e ilegal, materialismo histórico como ciência e práxis) parecem vir em sequência, mas, não esqueçamos, que partem e interagem-se dialeticamente em si, que são reproduzidos pelas condições materiais e históricas da realidade apreendida pelo espelhamento da consciência de classe. Essa que, em última instância, e de forma cada vez mais gradativa, organiza-se em Partido revolucionário à luz da luta de classes, que fica mais escancarada no capitalismo. Por isso, não podemos negar o materialismo histórico apenas como método de compreensão científica, muito menos a dialética como método de espelhamento da realidade e da sociedade – que produz a consciência de classe – que é resultante, sobretudo e por tudo no seu movimento histórico, compreendida na história, isto é: na irreversibilidade dos processos da sociedade sedimentada na causalidade da luta política pela organização do Partido revolucionário frente à burguesia e sua estrutura.

Da Questão da Legalidade e Ilegalidade do Partido

Dando seguimento a questão de organização, cuidemos agora especificamente da questão da legalidade. Por questão conceitual, prática e ideológica, é imprescindível definir-se ideologicamente para o Partido proletário, como agir à frente em função da legalidade ou ilegalidade. De saída, Lukács denota no início do ensaio *Legalidade e Ilegalidade*, de que, de antemão, não se pode conceber automaticamente uma pré-condição de ação, sempre de forma ilegal, com despidorado romantismo, ou ainda por outro lado, a fazer acordos, e sempre estar de forma à legalidade como validar como autêntico e inexorável o Direito, e a norma legal – diga-se a tempo, que a mesma é objeto de forte crítica do filósofo húngaro (LUKÁCS, 2012. p.465), que a considera de cunho moral burguês, contemplativo e irracional. Não podemos deixar de destacar que tal questão está inscrita na ação versus moralidade de qualquer indivíduo (VAISMAN, 2009. p.247) e da sua interconexão com a pluralidade de mundos, de crenças singulares lastradas na experiência (KIRALY, 2012.p.50), independente da consciência ou não revolucionária.

Deste modo, vamos especificar o conceito de Legalidade, por Bobbio³⁶ (BOBBIO; 2009, p.674):

Entende-se por Legalidade um atributo e requisito do poder, daí, dizer que um poder é legal ou age legalmente ou tem o timbre da legalidade quando é exercido no âmbito ou de conformidade com leis estabelecidas ou pelo menos aceitas.

Lenin, ainda, a partir da explicitação introdutória da necessidade de adaptar e de flexibilizar suas ações como Partido Organizado, discrimina os dois “tipos” de Partido:

Os Partidos Comunistas legais dos países capitalistas, em geral, ainda não compreenderam suficientemente como sua a tarefa de preparação para os levantes revolucionários, para o combate pelas armas e, em geral, para a luta ilegal. [...] Nos Partidos ilegais, ao contrário, frequentemente, não se compreende que é necessário utilizar as possibilidades da ação legal.

Por conseguinte, e endosso intelectual, com o amálgama da experiência da Ação de Março por certo, Lukács defende ainda que a questão e a forma de agir dependem de contingências históricas. Defende que, para o Partido comunista, legalidade e ilegalidade se reduzem à questão do momento e à conveniência momentânea, não por uma questão de flexibilidade, a melhor se adaptar às necessidades práticas de cada momento da realidade histórica, mas, principalmente e, sobretudo: para criar uma pedagogia autodidata e

³⁶ “Com base nesta acepção do termo Legalidade, entende-se por princípio de Legalidade aquele pelo qual todos os organismos do Estado, isto é, todos os organismos que exercem poder público, devem atuar no âmbito das leis, a não ser em casos excepcionais expressamente preestabelecidos, também perfeitamente legais.”

revolucionária do proletariado (LUKÁCS, 2012, p.477), pois, desta forma, quebra-se os limites espelhados e explorados da ideologia burguesa e do direito burguês. Sua ordem jurídica como o provedor e mandatário legal das normas e da “razão prática” da vontade livre do proletariado. Sabendo-se como manobrar à sua conveniência, cada ação em dada situação, *a priori*, impele ao proletariado agir sem amarras e engessamento de sua ação – presa a legislação moral burguesa para se impor ao sabor de cada oportunidade a ser desferida pela ação consciente do proletariado e de sua práxis revolucionária.

Isto quer dizer o já que vimos: que a teoria da organização não se faz em seu aprendizado e aperfeiçoamento sem a revisão concreta e contínua de seu movimento na prática, para que a ação posterior seja de correção, arguta e mais assertiva. Mais uma vez, discorreremos sobre a importância da autocrítica da ação que deve ser realizada no núcleo e na base do Partido do proletariado. Seja no jogo de guerrilha com aporte das classes intermediárias – campesinato e pequena burguesia - para desestabilizar a burguesia; seja na luta escancarada e direta contra a mesma, ou ainda, mesmo, na atividade parlamentar que deve ser sabotada enquanto atividade não revolucionária, apenas de cunho defensivo.

Lembremos-nos do engajamento do Partido do proletariado na República Francesa antes do golpe de *Dezoito Brumário* (MARX, 2010) em 1851 e dos reveses sofridos na Comuna de Paris de 1871, o primeiro por aliar-se politicamente na concepção burguesa (contemplativa) de âmbito legal na Assembleia Nacional Constituinte do respectivo governo em fevereiro de 1848, e ser defenestrado na Insurreição de Junho do mesmo ano, e depois sofrer um esmagamento e isolamento político por parte da aristocracia dos *Bourbons* e *Orleans* em nome do Partido da Ordem com a supressão da imprensa, do sufrágio universal – erro este que custou caro, principalmente por apostar que a luta legal e eleitoral bastaria por si só para derrocar a burguesia, pujante à época e a aristocracia; e o segundo por superestimar o apoio da classe pequena burguesa, que em tempo estava às voltas com a Reação quando da derrota da França da guerra franco-prussiana, em que, por contingência histórica, Paris se negava a responder e se render à Prússia e avalizar um governo a ser transferido para Versalhes. Mas que, depois de quarenta dias, depois de usar a violência e confiar somente nela, também o fora tomado à violência pelas forças contrarrevolucionárias comandadas pelo presidente do governo provisório Thiers (MARX, 2011). Por isso, após essas experiências, a defesa de Marx para o Partido instaurar a ditadura do proletariado após a tomada do Estado.

Estes dois fatos históricos, estritamente associados a ações de legalidade e ilegalidade, para não citar outros, são exemplares históricos e fatídicos da importância vital do Partido agir de acordo com a conveniência tática de cada problema que é dado a decidir na realidade objetiva e histórica, visando à meta e o objetivo final – que é a revolução. Exemplares, também, da necessidade de se não pretender ser levado a cabo do direito burguês, a se conformar com a ação legal e parlamentar, o que em nenhuma hipótese, transbordará para a ação revolucionária, e para a solução concreta a partir das contradições do capitalismo. Será apenas em âmbito da dramatização da solução dos problemas, e foco nas questões superficiais, frívolas e não estruturais, e quando muito refreadas pela própria fraseologia revolucionária, oportunista e do momento, porque fora do contexto da realidade e da correlação de forças para o Partido do Proletariado, transformar-se-ia em um Partido burocratizado, da conveniência da bancada parlamentar.

Por conseguinte, conforme defesa de Lukács no ensaio *Legalidade e Ilegalidade*, interpreta-se claramente em seu ensaio como ignomínia, achar-se pretendo a derrocar a classe burguesa estando regido e restrito à ação legal da burocracia jurídico-burguesa. Portanto, via de regra, legalidade e ilegalidade são conceitos de caráter último da ação e organização do Partido e Conselho Operário e Revolucionário. Saber separar didática e praticamente este limite, e encará-los como limite não menos tênue, é a elevação à máxima potência das condições reais do proletariado. Lukács corrobora que esta separação consciente, transborda para o imediatismo irracional, assim e consegue-se, por exemplo, fazer distinguir a diferença entre a política diplomática da União Soviética (LUKÁCS, 2012, p.477) com os países do centro do capitalismo como a Europa Ocidental (Alemanha, Austro-Hungria e Bélgica); e a contrarrevolução interna para a superação constante e ininterrupta da reificação na pós-ditadura do proletariado e do pensamento burguês no Estado soviético.

Ainda sobre este limite remetido à organização do Partido em si, entre legalidade e ilegalidade, esse último em seu sentido mais violento politicamente, diz em discurso Lenin em 18 de março de 1919 (MORENO, 2006, p.156).

Não há dúvidas de que sem esta característica – sem violência revolucionária – o proletariado não teria vencido, porém, é indubitável, também, que a violência revolucionária só é um método necessário e legítimo da revolução em determinados momentos de seu desenvolvimento, somente quando se dão as condições especiais e determinadas.

Em suma, diz, agora, Moreno (MORENO; 2006. p.157):

Para Lenin, a organização é uma qualidade mais profunda e permanente da revolução que a própria violência revolucionária. Quer dizer, em um polo, está a ação, o

movimento, a luta, o espontâneo das massas; no outro, está a organização que estrutura, dá continuidade e permanência a essas ações ou mobilizações.

Não há dúvida de que Lukács não entrou neste detalhe na política do Partido, mas, com sua identificação com Lenin, tivemos que lançar mão das Teses de Organização do Partido, por essa ser uma lacuna no pensamento de Lukács. Por isso, podemos concluir, com efeito, que a separação consciente pelo Partido entre o conceito e o uso da tática legal e ilegal remete, a dizer de igual modo que a organização é um instrumento dinâmico, não se restringindo, portanto, a ser apenas de cunho legal ou ilegal, mas, sendo os dois, e a utilizar-se dos dois de acordo com o momento e com o diagnóstico e a conjuntura da realidade concreta. Assim, o Partido consegue definir a melhor forma e método, seja ela ilegal: violenta e clandestina para uma situação específica, ou legal: como por exemplo, convocatória de greves e dentro da esfera do direito e da ação parlamentar em uma situação cujo campo de manobra é limitado pela ordem legal e pela opinião pública, etc.

Tal separação, também, e sua reflexão desbaratam o problema ideológico e “moral” da presunção e convicção à legalidade e reforça o caráter autônomo e de autoconsciência, e de identidade da classe proletária. Ao entender o falso problema e cada falso proposto pela falsa consciência, decompõem-se suas fraquezas táticas, interligando à tática de correção à moral proletária. À estratégia e à diretriz da finalidade distinguem-se o movimento e objetivo final, entendendo o falso problema como solução em si, de uma consciência verdadeira e o entendimento *a priori* e *a posteriori* do conceito de organização e o aperfeiçoamento revolucionário através da experiência da ação do momento e das subsequentes.

Faz-se então, junto com a organização do Partido revolucionário, a mais alta prova de maturidade da consciência de classe do proletariado, que, como se permite no último parágrafo do ensaio em questão: elevar-se como proletariado à moral revolucionária, jogando ao mar qualquer menção ao “cretinismo” legal (LUKÁCS, 2012, p.487) e ao romantismo da ilegalidade, conforme afirma Lukács. A legalidade e ilegalidade como conceitos se põem de forma transparente para o proletariado. Tal, uma como a outra não sofrem de nenhum transtorno pudico da forma de ação do proletariado, pelo menos não são e não devem ser desta forma, como ressalta fortemente o pensador húngaro.

Por conseguinte, ao desbaratar a burocracia burguesa, no ensaio *O fenômeno da reificação*, Lukács desvela-a como puro espelho ideológico do ser burguês, da forma de pensamento racional em sua tentativa de extirpar a categoria da totalidade, à dialética do ser, pensamento e da história, pois para ele, como contraponto, a classe proletária imediatamente

terá condição de trazer a realidade objetiva à efetiva, de usar das categorias de mediação para ascender à sua consciência de classe, como Partido revolucionário, e como ser histórico. Por fim, tanto faz a tática se no momento ordinário e extraordinário da conveniência oportuna, o proletariado assim agir como legal ou como ente ilegal, de forma a arrefecer a burguesia. O Partido deve usar da clandestinidade, a ação parlamentar, de usar da violência ou da parcimônia diplomática, não como uma questão de princípios, mas, como fim. O que se entende objetivamente é que em Lukács, o que não pode ser esquecido, é o objetivo final, mas para chegá-lo é preciso sair da amarra e corrente utópica. É preciso agir como ser pragmático para lhe dar a devida tenacidade e a resiliência necessárias ao seu composto material, propriedades que assim como em qualquer elemento químico, são imprescindíveis para a natureza e para além dela, e em nosso contexto, para o método dialético.

Por fim, o Partido precisa blindar-se, e superar qualquer utopia, mesmo a despeito da consciência reificada em parte, e ainda remanescente das gradações do proletariado, e isso é de grande valia devido a dificuldade de se regular sempre com êxito a ideologia, a vontade e as individualidades na base partidária. Mas, isso, é fundamental para contribuir continuamente para a formação de “quadros” na base do Partido e para convergência de todos, cada qual em sua responsabilidade, na promoção da tática legal ou ilegal.

Para Lukács, lutar de acordo com o pleno da legalidade, é um luxo de que o proletariado não pode se dar se quiser elevar-se à maturidade como classe. E com essa maturidade, estar convicto de sua ação consciente e de sua práxis revolucionária, em que legalidade e ilegalidade não fazem parte da moral e ética revolucionária, portando-se como meros instrumentos da luta tática do Partido proletário contra a burguesia, e somente isso, e nada mais, no desenrolar da realidade histórica.

Apontamentos e experiência do Partido na Revolução Russa – método leninista

Aqui nesta seção, faz-se a análise histórica e crítica de Lukács sobre a concepção de Rosa Luxemburgo sobre o Partido, já no Estado, especificamente o soviético, pois a revolução Russa de 1917 já estava em curso e vigente: pois, em contraposição ao segundo ensaio, *Rosa Luxemburgo como marxista*; no ensaio *Notas Críticas sobre a Crítica da Revolução Russa de História e Consciência de Classe*, Lukács dissolve a crítica e o pensamento de Rosa Luxemburgo, de forma a desvelar os motivos que fizeram com que ela criticasse o “método” bolchevique e a relação conceitual e prática com que via a relação entre Partido e o movimento de massas. Sobre a crítica de que com as alianças do Partido Bolchevique, violou-se a visão

marxista; Lukács respondeu à forma e ao plano de correção em termos da organização: a fazer as alianças com as classes intermediárias: campesinato e a pequena-burguesia, sempre no âmbito de um movimento tático, mas sempre negando-a, para visar-se no objetivo final (LUKÁCS, 2012, p.491). A história mostrou que a aliança foi decerto conveniente e trouxe o estopim da Revolução Russa, e o pensador húngaro esboçou e fundamentou, como princípio filosófico e histórico - no ensaio *Legalidade e Ilegalidade* e pela comprovação histórica registrada no ensaio e transcrita em supra, dando caráter de correção plena e com profundidade a este ponto de vista. A despeito da crítica de Rosa Luxemburgo de que a reforma agrária foi nefasta ao fim da revolução, Lukács mostra que nem toda condição objetiva é passível de manobra imediata. Daí, a importância tão ressaltada pela dialética, sua análise e sua aplicação no ser (sociedade e natureza) e na história, na realidade presente e objetiva. Pois, enumera de forma elementar (LUKÁCS, 2012, p.491):

A revolução operária era um fato dado, completamente independente da vontade dos bolcheviques e até mesmo do proletariado. Os camponeses teriam repartido a terra de qualquer maneira com base na manifestação dos seus interesses de classe. E caso os bolcheviques tivessem resistido, esse movimento os teria varrido do mesmo modo como varreu os mencheviques e os socialistas revolucionários.

Por isso, a importância de o Partido revolucionário rechaçar no intelecto e na ação consciente do proletariado todo determinismo e oportunismo, consciente ou inconscientemente, a esperar utopicamente uma ação direta e imediata para o fim socialista, sem antes esbarrar-se e avançar dialeticamente com as peças do tabuleiro social e político, como foi o exemplo e caso dos Bolcheviques, em relação aos camponeses na *Revolução de Outubro de 1917* (TROTSKY, 2007, p.55).

Por conseguinte, o Partido revolucionário não poderia ter uma visão utópica, e escolher entre a reforma agrária que tendesse ao socialismo pelo menos no imaginário e idealismo, e outra que se afastasse dela. Não poderia, também, ir contra o levante camponês e como contramedida, isolar-se o Partido do proletariado, o que colaboraria decerto para a vitória da contrarrevolução. Vários exemplos da história permitem o revés do proletariado e de uma situação de classe dada por um descuido utópico para permitir a vitória da contrarrevolução através da aliança entre reação e burguesia ou da própria burguesia, com o apoio da burguesia de nação estrangeira. Não se pode dar ao luxo de abrir flancos, como na análise que Lenin faz no seu famoso ensaio sobre a Comuna de Paris (LENIN, 2011. p.133) na Ação de Março e da República de Conselhos Húngara, também criticada por Lenin (LUKÁCS, 2012, p.10), conforme relato de Lukács. A

crítica inegável pela história é não reconhecer o desempenho de Lenin, em enxergar as oportunidades em sua análise da conjuntura no pré e pós-guerra com a pujança do Imperialismo já na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) como fenômeno mundial na Europa Continental, visando aperceber-se do próximo passo a ser dado na sua conjuntura local, da Rússia dos levantes revolucionários de 1905 até a tomada em Outubro de 1917. Lenin, talvez, como poucos, se traduziria como teoria e práxis, como intelectual e revolucionário, e como dirigente, enfim, um apurado e aplicado aprendiz na disciplina da dialética. Tanto assim se fez que agindo da forma correta e consciente, de modo a não se exasperar dentro do movimento de massas, que na visão de Lukács (LUKÁCS, 2012, p.496), houve a vitória da Revolução Russa em 1917.

Por isso, apesar de Rosa Luxemburgo, no entanto, com ressalva, reconhecer esta aliança como excelente tática (LUKÁCS, 2012, p.493), a despeito da discrepância da tomada imediata das terras pelos camponeses com a economia socialista, ela endossa o coro, isso com relação à sua crítica da tática política dos bolcheviques. Ela faz o que seria uma subestimação do papel do Partido na revolução, negando uma desbalanceada correlação de pesos e medidas das forças motrizes do processo revolucionário. Por isso, o Partido não pode subestimar a realidade e fatos do momento exterior à classe, assim como o poder de tais ideologias no exterior do proletariado. Não pode ser subvertido pelos fatores de espontaneidade das massas na ação revolucionária, movido pelo idealismo e pelo determinismo que das crises do desenvolvimento econômico. Desta forma, o Partido não pode seguir a orientação de Rosa Luxemburgo creditando os rumos da revolução à ação espontânea das massas, o que, por si só, negaria a ciência dialética e marxista, pois, não se pode conceber um movimento revolucionário de massas sem a coordenação, a direção e, principalmente, sem a organização do Partido revolucionário, conforme defesa das *Teses* de Lenin. Mais uma vez, os exemplos históricos e espontâneos da França de 1848 a 1871, refutam tal enunciado, pois, foi justamente na análise destes eventos que Marx defendeu de forma mais aplicada o método dialético, como introduz Engels, no prefácio de *O Dezoito Brumário* (ENGELS, 2010. p.12).

Outro ponto de entrave, que Lukács elabora, é a questão falsa da autodeterminação dos povos e o internacionalismo. Lukács discorre que isto é parte gradativa de um processo de emancipação e liberdade total da consciência do proletariado. Que se a revolução da Rússia não tivesse promulgado a palavra de ordem de autodeterminação dos povos, teria perdido os Estados fronteiriços e a Ucrânia depois de *Brest-Litvsky*. (LUKÁCS, 2012, p.495):

Segundo Lukács, havia mais um ponto em que Rosa Luxemburgo descartava, também por via da utopia: era o fluxo do momento para o Partido, como oportunidade de fazer e executar as experiências diárias não como autoexcludente do objetivo final ao socialismo, mas refutar e decompor, assim como desgastar à burguesia no fronte da revolução, e mitigar os efeitos de sua contrarrevolução doravante ou na ação revolucionária do proletariado. Estes dois pontos são exemplares (massas “espontâneas”, e a não distinção de movimento e objetivo final na organização) que contribuí à negação do Partido do proletariado, seja como teoria, seja como práxis revolucionária, acrescido de mais um terceiro: a negação de que deveria ter-se uma assembleia parlamentar ao invés do comitê dos soviets, em que, essa concepção de Rosa Luxemburgo depois revista no curso da Revolução Russa, sofria influência da sobrevalorização do caráter organicista da revolução como algo natural dentro da própria estrutura do capital. Concebia, por conseguinte: 1) a visão de que o uso da violência, só podia ser acometido pelo proletariado como arma de defesa, de reação (LUKÁCS, 2012, p.500), 2) assim como a caracterização de valores burgueses, e não como instrumentos táticos na revolução socialista, como o Estado (LUKÁCS, 2012, p.501), como garantidor do processo de transição revolucionária, e 3) a liberdade (LUKÁCS; 2012, p.518) não como liberdade coletiva (centralismo democrático), como fim da coletividade, e sim como um valor em si, dita burguesa, dentro da concepção e consciência reificada da sociedade burguesa. Por isso, de forma fática, tais concepções devem ser extirpadas da concepção de revolução, de organização, de método e da práxis do Partido revolucionário.

Mas, Lukács ressalta em firme e bom tom, que o “vírus” mais nefasto foi à forma, como Rosa Luxemburgo via o combate ao oportunismo, ao problema do menchevismo como algo a ser combatido intelectualmente (LUKÁCS, 2012, p.508) tão somente, e não como forma e âmbito da organização revolucionária do Partido. Que, como diz o próprio Lukács ao ensaio *Rosa Luxemburgo como marxista* sobre a acumulação do capital como o resgate à dialética e à totalidade, Luxemburgo não percebeu que com essa mesma acumulação houve uma gradação das camadas socioeconômicas em: proletariado, semi-proletariado, lupem-proletariado, burguesia e pequena-burguesia, não tão simples e numéricos como a exemplificação acima, e que é por isso mesmo que, a tal liberdade dentro do Partido como valor individual, é apenas uma entre as diversas contribuições imediatas para a dominação e dispersão do próprio proletariado, e do Partido, que se comportaria como um mero Partido burguês ou menchevista, interessado mais em alianças oportunistas e à solução de problemas superficiais e de ordem pequena, e a esperar incansavelmente a revolução natural (LUKÁCS, 2012, p.505) dentro das entranhas do

capitalismo e de suas crises econômicas do que a confiar mais na disciplina do Partido - com a inteligência de comando de seu Conselho Operário, sendo o norteador do proletariado como de fato norte, e não sendo levado a cabo e espontaneamente pela atitude de ímpeto e de volúpia deste mesmo proletariado, que sem organização, e, por conseguinte, sem orientação, será levado decerto à sua morte como consciência de classe, como Partido de classe e qualidade revolucionária.

Do Materialismo Histórico para o Partido do Proletariado

Chegamos ao estudo e método da apreensão da “história” pelo Partido, ou seja, a função do materialismo histórico para além de um método científico da compreensão da roda da história, mas, como práxis (teoria e ação conscientes) da classe proletária para com a luta contra a burguesia. O materialismo histórico é na definição de Marx, e ainda de Engels, a concepção da história como a história da luta de classes, em toda a cadeia da história da humanidade e natureza. Quer dizer que não é senão outra concepção da história, que não seja movida pela luta entre as classes, dentro do processo produtivo, da base material, em última instância, econômica. Ela é parte integrante da dialética, assim como a dialética da natureza, em que a consciência se faz com a reprodução da realidade, e na *Ideologia Alemã* (MARX, 2007. p.61).

O materialismo histórico nega a ação histórica pelo protagonismo de um indivíduo. Não que este indivíduo não seja capaz de agir com base em ação e iniciativa histórica, mas, que tal ação está sempre condicionada a um contexto de luta de classes. Isto quer dizer o que constatamos com a crítica da dialética, em que a dialética não sofre do idealismo de Hegel, em que a ação da consciência produz a realidade, e que muito menos, não é parte integrante do sensível na ação direta e imediata do homem com a realidade, como Marx refuta nas *Teses de Feuerbach* (MARX, 2007. p.611). O materialismo incluído na tradição de Marx se ocupa da atividade prática do homem, como uma ciência da realidade, e suas transformações tendo o homem como sujeito no objeto da realidade, pois é a realidade econômica que reproduz - e não produz - a consciência. Marx e Engels defendem precisamente no Manifesto (MARX; ENGELS, 2010. p.40), ao se referir a luta entre as classes, nos períodos do comunismo primitivo, do feudalismo e do capitalismo. Neste particular, definimos, então, no conceito marxista, o materialismo histórico, com base em Engels (MARX, 2010. p.12):

Foi precisamente Marx quem primeiro descobriu a grande lei da marcha da história, lei segundo a qual todas as lutas históricas que se desenvolvem quer no domínio político, religioso, filosófico, quer em outro qualquer campo ideológico são, na realidade, apenas a expressão mais ou menos clara entre de luta de classes sociais.

Por isso, no discurso de Lukács, o Partido revolucionário precisa ater-se com base neste conceito, de tal modo a fazer uma pedagogia e a defesa de que o materialismo histórico precisa adentrar-se no sangue da sua própria base, isto é, do proletariado, de forma a usá-lo na crise capitalista sempre de fundamento e instância econômica, assim como seus efeitos na esfera ideológica, moral e social. Para isto, defende que é preciso lançar mão, se assim o fizer necessário, da questão e uso da violência. De tal modo, para o Partido, que tal questão não pode ser relegada a segundo plano com base na moral burguesa, mas que seu efeito é legítimo e que sempre foi praticado na história, seja com a experiência escravocrata até o feudal, passando pela burguesia, que não só lançou mão de usá-lo para destravar as resistências ainda existentes, como o fez na contingência do modo de produção que em alguns fatos e situações não conseguiram escamotear. E, justificar que a violência tem um poder abrangente à medida que fisicamente e materialmente é caracterizado como muito eficaz politicamente dado sua aplicação histórica, e ainda: dado a acometer o trágico em seus efeitos e consequências na sociedade, assim como seu efeito moral e de terror na classe opositora ou no inimigo em questão a ser batido.

Para Lukács, a utilização da violência é um método de que o Partido não pode se furtar, pois sempre o fora aplicado na cadeia histórica, a exemplo do próprio capitalismo para com as estruturas do feudalismo. É o que Lukács chama de “potência econômica”, para atingir os resultados da revolução contra a burguesia, no tocante a uma crise econômica, mas, precisa sempre estar articulado à aplicação do método dialético, e principalmente do seu viés histórico. Defende que a violência é essencial para transpor uma ordem à outra, sob pena de subscrever com isso a permanência simultânea, mesmo que sobreposta, de duas ordens, por isso, a violência é a alavanca para destravar as barreiras remanescentes da ordem ultrapassada, mas, que precisa ser defenestrada, até para evitar – se assim for possível – um revés no processo de revolução. Em suma, pensar o contrário, é supor que a transição de uma ordem para outra ocorre simplesmente de forma natural e orgânica, o que somente pelas guerras de civilizações das mais antigas às modernas, e a transição do feudalismo para o capitalismo, quer dizer, a história consegue por si só refutar tal ideia, que ainda sim, pensar diferente seria fruto de um idealismo especulativo ou ainda do materialismo burguês (LUKÁCS, 2010, p.133), cuja concepção da história não possui eco na causa revolucionária e na transformação e evolução da sociedade.

Vejamos senão, o conceito, quer dizer, como potência econômica e a aplicação da violência pelo Partido em Lukács (LUKÁCS, 2012. p.452):

Seria anti-histórico e extremamente ingênuo esperar que a sociedade capitalista faça mais para o proletariado, que deve removê-la, do que o feudalismo fez para ela [...].

Repetimos a importância decisiva da violência como “potência econômica” torna-se sempre atual nas transições de uma ordem de produção à outra.

Por conseguinte, Lukács, defende para usufruto do Partido, que precisa transpor a problemática da moral e do uso da violência dado à conjuntura e o momento decisivo como seu arcabouço histórico. Defende ainda, fidedignamente, que o uso da violência embora apresente contramedidas morais, que a mesma em sua memória histórica se justifica na escala do tempo e que a própria violência que acomete o proletariado pela burguesia através da mais-valia (LUKÁCS, 2012. p.452), é uma forma já explicitada por Marx de que tal estratégia não pode sofrer pormenores ao ser desprezada. O que não significa entender ser banalizada, frívola e ser escamoteada em seu uso. Pois é sabido, em analogia, que uma simples manifestação nas diversas praças históricas do mundo, às quais, decorrem às Primaveras Políticas e Culturais, que a própria violência e crueldade são ações de coerção do aparelho repressivo do Estado. Ou seja, não é meramente julgo e monopólio de uma classe ou movimento revolucionário.

Por isso, para o Partido, vale o julgo de que uma crise por si só do capitalismo na esfera econômica não é capaz de dar a necessária derrocada do capitalismo. Que a mesma serve como ponte, como uma condição vulnerável, mas contingente, e nada mais que isso. Por isso, a consciência da necessidade da ação revolucionária é imprescindível ao sucesso e estratégia do Partido do proletariado. Por viés destacado, a não consciência, ou melhor, autoconsciência desta condição e sua proximidade com ação idem, mostra que o proletariado não está maduro de sua consciência como classe, assim como, da sua revolução. Diferente, portanto, dos Partidos mencheviques, que se acreditam utópicos e fervorosamente em um determinismo natural, com a derrubada do capital quando de sua crise, e por isso mesmo, são Partidos pequeno-burgueses – que nada oferecem a não ser a contingência e a incerteza *no frente* da batalha contra a burguesia.

Um parêntese, e, no entanto, considerando mesmo assim, a violência como tema moral e delicado, façamo-nos recorrer que a relação entre revolução e liberdade - no caso a que tratamos, a do proletariado do sistema capitalista remete-nos, também, à análise reflexiva crítica e histórica de Hannah Arendt em seu “*Da Revolução*” (ARENDR, 1988, p.172) em que analisa os movimentos revolucionários na França e nos EUA, avaliando que ambos, em prol da liberdade, não se sagraram vencedores neste pleito, uma vez que 1) devido a condições de limitação histórica da participação política a círculos fechados; 2) depois com a tomada da revolução e 3) falta de coro e envergadura social dos cidadãos e da massa pobre no caso na França e das comunidades e famílias trabalhadores protestantes nos EUA - a vontade geral direta,

se restringia a círculos novamente cerrados, e havia o desvio original da defesa e dos pleitos de massa, para uma nova aristocracia. Cita também que as duas forças na revolução: a violência e a mudança, são incompatíveis uma como a outra, para se avançar nas demandas sociais. Há - segundo Hannah Arendt - um esvaziamento do tesouro revolucionário nas grandes massas, que, por conseguinte, direciona-se mais na mudança do que na violência, o que se faz necessário recorrer também à segunda para realmente se avançar no motor da história, como atuou Lenin, na revolução dos bolcheviques de 1917. Portanto, o Partido, tomando como base tal contexto de esvaziamento do coagulante revolucionário, precisará da habilidade também revolucionária, porque dialética e de sua organização para capturar o sentimento revoltado, e, quando da crise do capitalismo, transbordá-la para a consciência e ação consciente do proletariado, sabendo conjugar mudança, violência em prol do reino da liberdade (LUKÁCS, 2012, p.458) em detrimento do reino da necessidade, e, por conseguinte, da emancipação do proletariado a uma nova ordem.

Voltemos ao pensamento de Lukács. Decerto, o mesmo defende, no entanto, que apesar da instabilidade cíclica do capital, o não despertar totalmente da consciência do proletariado, mesmo com um Partido revolucionário autêntico, e a despeito da autosolução cíclica do capital, o mesmo somente prolonga sua contradição e provoca cada vez mais doravante outras crises mais agudas, e as mais emancipadoras da consciência do proletariado, como classe (LUKÁCS, 2012. p.448). Neste ponto, o materialismo histórico e sua total aderência consciente a cada ação no fato histórico do proletariado é que pode potencializar teoria e ação, pensamento e ser, história e realidade objetiva - de forma a amplificar com a ação consciente revolucionária para se fustigar a burguesia – elevando à máxima potência ainda mais suas contradições, sua negação e o reconhecimento do seu verdadeiro inimigo: a burguesia. E, que as classes intermediárias somente são como o suporte a ser jogado no dia-a-dia para o único objetivo de mitigar e desorganizar a classe burguesa, suas alianças e sua hegemonia na estrutura da sociedade. Daí tem-se, enfim, como afirma Lukács, o entendimento da sociedade capitalista, cuja apreensão é sempre “*post festum*” (LUKÁCS, 2012. p.454).

Pois, o Partido, por sua relevância como ciência e como teoria e prática, precisa ser inserido no contexto científico, assim como também na luta de classes entre o proletariado e a burguesia, considerando as classes intermediárias de modo a arrefecer sua crise ideológica decorrente da influência burguesa; visando à sua emancipação ideológica e sua ascendência na luta política para além do mero mundo imediato, e com isso, enxergar a essência de cada situação concreta, tirando proveito na luta contra a burguesia, seja qual for à ação (distinção do

momento), desde que direcionada à revolução (objetivo final), direcionando-se decerto para além de sua situação de classe no processo de produção, isto é, deixar de se comportar apenas como operariado, como fornecedor de mão de obra na fábrica, e como mero observador que somente contempla, para de fato atuar politicamente como Partido revolucionário, porque possível, na transformação da realidade.

Sua ruptura da visão reificada da sociedade, principalmente a advinda da teoria socialista de Berstein (LUKÁCS, 2012. p.422), e do movimento social democrata da Rússia e da Alemanha. O Partido do proletariado, conforme discurso de Lukács, precisa também capturar a ciência e a prática do materialismo histórico, de modo a articular, pela organização, a ação da massa, das fileiras do proletariado, a estratégia e tática, quer dizer, o alinhamento entre objetivo final e momento, para violar a moral burguesa, para escamoteá-la, de modo a não deixar-se mais aprisionado como classe, nem no passado, nem no presente, mas, na ação consciente do momento, visando romper e alavancar a realidade histórica, ora, com a ação legal do parlamento, ou com a greve dos trabalhadores; ora pois, com a ação de violência histórica a partir das crises econômicas do capitalismo, sempre tendo o Partido, e seu conselho operário, como arcabouço, e não sendo levado a cabo e ao largo das ações da massa do proletariado. Violência histórica, porque não anistórica, como vimos, sempre justificada na história, mas, porque também, de forma não autônoma, vulgarizada e frívola, em suma, não como um fim de terror em si, pelo contrário, como instrumento a ser utilizado na teoria e ação consciente do Partido do proletariado na luta diária e cabal contra a burguesia, como essa nega em seu materialismo e na sua ciência histórica, mas, que a fez violentamente contra a nobreza e a estrutura feudal.

Neste particular, a aplicação do materialismo histórico se faz como o meio mais adequado da luta para o Partido do proletariado, para o autoconhecimento da sociedade capitalista, pois Lukács (LUKÁCS, 2012. p.458) ressalta que o materialismo histórico é antes, uma teoria da sociedade burguesa e de sua estrutura econômica, ou a forma de se conhecer as verdadeiras forças que movem, por detrás do fenômeno da ideologia, os acontecimentos da realidade histórica. Por isso, o mesmo não pode ser desprezado, já que o passado é transporto daquela forma “pedagógica” e vulgar devido à quebra da falsa consciência para a consciência de classe real, porque não mais reificada - embora ainda sob sua influência -, do proletariado, uma vez que o mais importante meio de luta neste combate pela consciência de classe, pelo comando da sociedade é o materialismo histórico. Por conseguinte, tanto quanto todas as outras ideologias, o materialismo histórico é, por conseguinte, uma função do desdobramento e da decomposição da sociedade capitalista.

Pois, ainda, conforme o discurso de Lukács, com tal ideologia e método há a capitulação da burguesia - neste ponto há uma crítica de Mészáros ao argumento de Lukács ao afirmar que havia neste pensamento uma subestimação da burguesia em lhe conferir somente um poder reativo à sociedade (MÉZÁROS, 2011, p.463), e, por conseguinte, o seu reconhecimento mesmo tácito, do materialismo histórico, tanto do ponto de vista da ciência, quanto na luta de classes da realidade, seja pelo não entendimento e explicação rasa do ponto de vista intelectual do período pré e pós-guerra (1ª e 2ª guerra mundial), quanto pelos acontecimentos sociais, econômicos e políticos da própria burguesia e de sua ação consciente e agressiva em desorganizar o proletariado em função da luta de classe na realidade histórica, seja pela violência silenciosa da exploração do trabalho, na concepção marxista, assim como na aplicação e imposição das leis materiais da economia e da produção. Para tanto, essas aplicações e contra-aplicações por parte da burguesia, só ficam despudoradas na sociedade pré-capitalista, visto que o salário advém da minimização de seu composto de valor de trabalho dentro do valor mercadoria da produção de bens, enquanto que na sociedade pré-capitalista havia uma unidade inseparável entre o artesanato e a agricultura, assim como o imposto e a renda fundiária na servidão indiana (LUKÁCS, 2012. p.426).

Por isso, ao Partido urge apreender que o metabolismo no capitalismo emergiu claramente à terra, mesmo que imediatamente na penumbra da consciência ideológica reificada ou falsa consciência, foi possível com a mediação no processo produtivo, dada às contradições na estrutura do próprio sistema, onde o maior exemplo desta ordem é regido pelas crises cíclicas da economia capitalista - de tal modo que se vislumbrou um maior conhecimento do amálgama capitalista para o Partido capturar o espírito (LUKÁCS, 2012, p.431), ou seja, a unidade entre a consciência e a realidade econômica, agora não mais reificada, sobre as suas causas: 1) a acumulação do capital e 2) a subversão do valor de uso, do trabalho, pelo valor de troca e de circulação de mercadorias, elevando o homem para com o próprio homem como um processo de estranhamento, de alienação em si mesmo, na sua relação com trabalho da fábrica e com a natureza. O primeiro que rege a economia, a política, e o monopólio e concorrência do grande capital, e a multiplicação do proletariado e doravante desemprego e flutuação no mercado, gerando crise econômica, imperialismo e armamentismo militar; o segundo como a destruição do homem pela racionalização do próprio e minimização a fonte de erro na esteira da produção. Desta forma, pôs-se como luz alcalina o domínio das leis materiais da economia, o problema da acumulação do capital e a taxa média de lucro e correlação ímpar e imediata com o direito (LUKÁCS, 2012, p.442) que serve de arcabouço e legitimador de toda a violência da estrutura

econômica, com a proteção da propriedade privada em detrimento das relações de trabalho para o proletariado.

Mostram-se muito claramente como essa aparência que continuamente se desvela a si mesma é um pressuposto histórico e metódico para a construção e aplicação do materialismo histórico [...]. Não é por acaso – como também não pode ser diferente com as verdades reais sobre a sociedade – que o materialismo histórico tenha se desenvolvido como método científico em meados do século XIX. (LUKÁCS; 2012. p.426)

Conclusão

Voltando-se por conclusão, na sociedade capitalista de consciência reificada, há na sua economia política clássica e em sua dialética, uma transformação em situar-se como ciência natural, dado a sua proximidade com a mesma. Onde, o ser humano e suas particularidades são reduzidos a pó, e a redutíveis números, fazendo-se crer porque não é por acaso que exatamente a ordem social capitalista tenha se tornado o solo clássico de aplicação do materialismo histórico, a advir da luta ao “reino da liberdade” (LUKÁCS, 2012, p.458) para o proletariado. No capitalismo é criado o fundamento social, que recua as barreiras naturais, cuja “racionalidade” se faz na forma de subordinar a natureza às categorias de socialização do capital, de modo a abafar, sacrificar o ser social dos homens, que se expressa na emoção, na arte e na filosofia, por exemplo, e a origem da família e da monogamia como parte do fundamento econômico do capital e não de forma natural da relação entre os homens.

Todo este panorama ficou mais lúcido, com a aplicação do materialismo histórico pelo Partido e pelo proletariado como classe. Desta forma, para o pensador húngaro, o espírito absoluto (HEGEL, 2011, p.92) permaneceu mesmo com a mudança do fundamento social e sua essência no espírito objetivo, que moldam de fato as relações sociais e as inter-relações puramente humanas. Que o materialismo histórico, por ora, era deficiente nas sociedades pré-capitalistas por ser somente na consciência e apreensão da realidade histórica de então, um instrumento de luta de classes. Por conseguinte, como a teoria e a ciência tendem para o real e prática, se torna um método científico consequentemente elaborado. Pois como já visto, para além do ser, é a historicidade que forma a realidade, por sua vez, a consciência. A sua apreensão é categórica, como método dialético para espelhamento e correção aproximativa da realidade, e ulterior intervenção do Partido.

O Partido revolucionário, por isso, precisa romper com a visão contemplativa, *post festum*, que frutifica as contradições do capitalismo. Desta forma e, com efeito, ao estabelecer a ditadura do proletariado, há a ruptura entre a essência burguesa, entre o passado e futuro. É

preciso, como enuncia o intelectual, defender veementemente que a dialética materialista não possa ser substituída por normas deterministas, regradas e graduais da economia. Somente desta forma, há o salto à consciência, para essa categoria radical (LUKÁCS, 2012, p.457), e com isto, o seu devir, sua ontologia e seu ser, para à práxis da ação revolucionária. Agrega toda teoria e práxis na práxis do materialismo histórico tanto quanto sujeito para fora da consciência, assim como toda ação na realidade objetiva, agora histórica, e ainda refuta toda teorização orgânica, pois todo organicismo, para Lukács, é uma mera transformação quantitativa (LUKÁCS, 2012, p.457) dentro da própria estrutura social da ordem burguesa.

Para Lukács, é usando-se como instrumento vivo de entendimento da história e de sua ciência, como o espelho da luta de classes, e como método científico do Partido e do Conselho Operário do proletariado é que, para além do passado ou da atitude *post-festum* (LUKÁCS, 2012, p.457), há a certa consciência de classe, da consciência natural, ou seja, da consciência da dinâmica real e objetiva da sociedade capitalista, independente da consciência de classe ainda falsa ou contemplativa, mas, por isso mesmo, é que o materialismo histórico – porque também uma ideologia que precisa abarcar e engendrar pela ciência e pelo método a crença e as individualidades da base - é o ponto de partida para o Partido proletário e o proletariado no Partido – de forma dialética – para o entendimento da vocação revolucionária através da organização, como conceito dialético e de prática revolucionária, assim como, a garantir revolucionariamente, através da dialética, o ápice e clímax dos momentos oportunos, da crise do capital para transmutá-lo, seja pela violência, dada a real condição e conjuntura, seja no passo a passo da ação consciente condicionado ao próprio materialismo histórico (o que há por vir – das lutas cotidianas, minoritárias e de relevância decisiva) – baseando-se sempre dentro do contexto da consciência do proletariado, e da sua organização, visando o seu salto na realidade histórica na luta direta e franca contra a burguesia como fim, justificada nos momentos e movimentos imediatos da luta sabotando a atividade parlamentar, mas, marcando presença no processo de representação, e principalmente manipulando os instrumentos e ações de cunho legal e ilegal a depender da conveniência e da realidade.

Referências

ARENDDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática 1988.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; GIANFANCO, Gianfranco. *Dicionário de política*. v.1. 13.ed. Brasília: Editora UNB, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson.. *Lukács, Proust e Kafka. Literatura e sociedade no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, Karl. *As lutas de classe na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.

FELIPPE, Wilian. Teoria e organização do partido. *Coletâneas de textos de Lênin, Trotsky e Moreno*. São Paulo: Ed. José Luiz Rosa Sundermam, 2006.

HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do espírito*. 6.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

KIRALY, Cesar. *Ceticismo e política*. São Paulo: Giz Editorial, 2012

LENIN, V.I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, Georg. Anotações sobre o materialismo burguês. In: *Revista Crítica Marxista*, n. 31. São Paulo: Unicamp, 2010.

_____. *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. 6.ed. São Paulo: Centauro, 2010.

_____; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã e teses sobre Feuerbach*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MÉZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

TROTSKY, Leon. A degeneração do Partido Bolchevique. In: Wilian Felipe. *Teoria e organização do partido*. São Paulo: José Luiz Rosa Sundermam, 2006.

_____. *A Revolução de Outubro*. São Paulo: Boitempo, 2007.

VAISMAN, Ester. Marx e Lukács e o problema da individualidade: algumas aproximações. In: *Revista Perspectiva*, v.27. Florianópolis: jul/dez, 2009.